



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG

Folhas

Rubrica

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
Procedimento Licitatório nº 003/2026
TIPO: MAIOR LANCE
MODO DE DISPUTA ABERTO

O **MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ-MG**, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **Ana Carolina Pedroza Ferreira** e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com critério de julgamento: **MAIOR LANCE**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Edital.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: até as 08hs59min do dia 25 de fevereiro de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA DISPUTA DE LANCES: Dia 25 de fevereiro de 2026 às 09h00min.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

O encaminhamento das propostas exclusivamente pela plataforma digital deverá ser efetuado até a data e horários fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais via plataforma digital, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Tapiraí/MG**, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados exportados, gerados e/ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico constante da página eletrônica da **LICITANET** no site: www.licitanet.com.br

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de Instituição Financeira, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para a Cessão Onerosa, mediante a outorga da Exclusividade, para a Gestão e o Processamento Centralizado e Integral da Folha de Pagamento dos servidores públicos (ativos, inativos e pensionistas) do Município de Tapiraí/MG.**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

- 2.1. A participação nesta licitação é restrita aos interessados cujo ramo de atividade seja compatível¹ com o objeto desta licitação e que sejam **empresas previamente credenciadas** na Plataforma de Pregão Eletrônico da LICITANET não sendo concedido exclusividade² à participação microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06 tendo em vista “*não haver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados, local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório*”.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

¹**Nota Explicativa:** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 642/2014-Plenário.

²**NOTA EXPLICATIVA:** Município de Tapiraí/MG, registra a impossibilidade de cumprir o comando do art. 48, Inciso I e III da Lei Complementar 123/2006. Nesta licitação, não se aplica o comando normativo disposto no art. 48 da LC 123/06 quando “*não haver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados, local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório*” conforme disposto no Art. 49, II da LC 123/06. Neste caso concreto, **não foram encontrados três fornecedores** do ramo pertinente ao objeto licitado cadastrado no quadro geral de fornecedores do município e que se enquadrem na classificação de ME, EPP e/ou equiparadas definidas pela LC 123/06 e a publicação de edital com tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não será vantajoso para a administração pública e pode representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado porquanto a licitação será deserta e haverá necessidade de republicação do certame gerando custos com publicação e mão de obra dos servidores públicos necessários para novo certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

- 2.6.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio³;
- 2.6.10.** pessoa física;
- 2.6.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Plataforma de Pregão Eletrônico, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.2.** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados da plataforma credenciada:
- 3.2.1.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.
- 3.3.** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, dentro da vigência do plano contratado pelo licitante, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma de pregão eletrônico e/ou canceladas por solicitação do licitante.
- 3.4.** A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET, sendo que a nova senha será enviada por via de e-mail, de forma imediata.
- 3.5.** É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

³ **Nota Explicativa:** A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

3.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 99807-6633 e (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na licitação referente a este edital, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.10. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.10.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

- 4.10.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.10.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.11.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.12.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.12.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.12.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.13.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10 ou 4.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final máximo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.17.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.17.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.⁴
- 4.18.** O valor do lance final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.18.1.** valor inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior lance; e
- 4.18.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.19.** O valor final máximo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.20.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

⁴ Nota explicativa: O [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), admite que o licitante utilize do sistema oficial para estabelecer previamente seus lances, inclusive o lance mínimo ou o maior percentual de desconto, de modo que o sistema automaticamente receba os lances sem a necessidade de inserção manual a cada lance. A utilização desse instrumento é uma faculdade oferecida ao licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

4.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



7. DO MODO DE DISPUTA

7.1. Modo de disputa aberto:

7.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores⁵ entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.1.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.1.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.1.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.1.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.4. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.6. O Critério de julgamento adotado será o *maior lance*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) abaixo da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.10. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

⁵**Nota Explicativa:** Adotado o modo de disputa aberto, a previsão de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 c/c com art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

7.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.13.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.13.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.13.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.13.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.13.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.13.2.2. empresas brasileiras;

7.13.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.13.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o maior lance, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.2. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.15. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar lance final inferior ao preço mínimo fixado, lance menor do que o mínimo exigido ou que apresentar lance manifestamente inexecutável.

8.2.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por **outro meio** e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) Pregoeiro (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra⁶, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.*

8.5.3.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

8.5.3.2. Se houver a exigência de amostras, a aferição será realizada (s) pelo (s) servidor (es) designado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso em que será elaborado Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa de cada produto analisado, se for o caso.

8.5.3.3. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

8.5.3.4. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o (a) Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.*

8.5.3.5. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

8.5.3.6. *Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

8.5.3.7. *Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

8.5.3.8. Encerrada a etapa de análise será dada publicidade ao Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, por meio de sua publicação Diário Oficial dos Municípios Mineiros - www.diariomunicipal.com.br/amm-mg, bem como serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

⁶**Nota explicativa:** o TCU firmou jurisprudência no sentido de que tal exigência é cabível no pregão, desde que feita após a fase de lances e limitada ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (Acórdãos nº 1.182/2007, nº 1.634/2007, nº 2.558/2007, nº 1.113/2008, nº 1.168/2009 e nº 1.317/2011, do Plenário, e nº 3.667/2009, 2ª Câmara), todavia, a descrição correta e detalhada do objeto a ser adquirido/contratado, na maior parte dos casos, garantirá a qualidade da contratação, sem necessidade de se exigir a apresentação de amostra, a qual deve ser reservada para situações excepcionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

8.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DO CADASTRO NA LICITANET – HABILITAÇÃO

9.1. O LICITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

9.1.1. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no LICITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame⁷ ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município, bem como:

9.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:RP,2::>);

9.2.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do LICITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

⁷ **Nota explicativa:** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

9.3.1. O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado pelo pregoeiro a atender às condições exigidas no item 9.9, no LICITANET.

9.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e § 2º, do Art. 43, do decreto Municipal nº 3.877/2020.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

A licitante deverá encaminhar **SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada**, contendo preço unitário e global com até 02 (duas) casas decimais, bem como a marca, para o **LICITANET** para que o (a) Pregoeiro (a) possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, **devendo ser encaminhados posteriormente os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados após ser declarado vencedor do lote/item, para o endereço Rua Vicente José Lucas, nº 287 – Bairro: Centro - Tapiraí/MG.

9.4.1. A não apresentação dos documentos de habilitação (em original e/ou autenticados) que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, no prazo estipulado de 05 (cinco) dias úteis, ensejará a inabilitação direta do licitante bem como a aplicação, nos autos do certame, das penalidades previstas no Art. 49, II do Decreto n. 10.024/2019.

9.4.2. Nos casos em que o (s) licitante (s) não ENVIAR os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original e/ou autenticados, o(a) Pregoeiro(a) declarará sua inabilitação e convocará imediatamente, o licitante classificado em segundo lugar.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8.1. Habilitação jurídica:

9.8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

- 9.8.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
9.8.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.8.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;
9.8.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.8.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
9.8.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.8.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.8.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9.8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.9.2.8. Caso o licitante detentor do maior desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:
9.9.2.8.1 Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, ou, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, Declaração de Microempreendedor Individual, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, datado no máximo de 60 dias.
9.9.2.8.2 Declaração Conjunta conforme modelo (Anexo II) deste Edital;
9.9.2.8.2 O licitante detentor do maior desconto deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8.3. Qualificação Econômico Financeira

- 9.8.3.1. Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

9.8.4. Qualificação Técnica

- 9.9.4.1 Comprovação de aptidão por meio de Atestado de Capacidade Técnica, que comprove que a empresa licitante tenha aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
9.9.4.2 Autorização de Funcionamento expedido pelo BACEN – Banco Central do Brasil;
9.9.4.3 Declaração de que suas agências e seus caixas eletrônicos possuem toda a infraestrutura necessária ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, inclusive quanto à mão de obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia ou de que se compromete a promover a instalação do posto de atendimento no prazo de que trata a subcláusula 10.2 do termo de referência, anexo deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG

Folhas

Rubrica

- 9.9.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for exigido
- 9.10.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.11.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.12.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.12.1.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.13.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.15.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.16.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.17.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

- 9.18.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. xx, §4º](#)):
- 9.18.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.18.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.19.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.20.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.1.
- 9.21.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.22.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



9.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura eletrônica (anexo II).

10.2. Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá **conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1. Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso⁸.

11.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

⁸**Nota explicativa:** no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

11.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (LICITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

14.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, conforme o caso, e o mesmo terá o prazo máximo de três dias úteis para a assinatura, sob pena de decair o direito à contratação.

15 ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 A ata de registro de preços ou contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial da prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

15.4 Serão formalizadas tantos Contratos quantos forem necessárias(os), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

15.5 O preço registrado, quando for o caso, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata do contrato.

15.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços/contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro em sentido geral, do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 As sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

22.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema LICITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

22.6. O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DA PUBLICIDADE

23.1. O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - www.diariomunicipal.com.br/amm-mg, como também, disponibilizado por meio do site: www.licitanet.com.br e publicado no site oficial do município: www.tapirai.mg.gov.br.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://corregofundo.mg.gov.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Vicente José Lucas, nº 287 – Bairro: Centro - Tapiraí/MG, nos dias úteis, no horário das 12hs00min horas às 18hs00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do Procedimento Licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.12.1 ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

26.12.2 ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

26.12.3 ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA

Tapiraí/MG, 27 de janeiro de 2026.

Ana Carolina Pedroza Ferreira
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG

Folhas

Rubrica

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O **MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vicente José Lucas, 287, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.920.625/0001-89, representado por seu Prefeito, o Sr. **VANDERLEI CASSIANO DE RESENDE**.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ ou CPF sob o número com sede na, na cidade de, neste ato representada pelo seu sócio

CLÁUSULA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I. Este contrato tem como fundamento a Lei 14.133/21 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.

II. O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, especialmente os casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado

III. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **Pregão Eletrônico nº 0xx/2026**, vinculando-se ao referido Edital.

IV. Este contrato tem regime de **Execução Indireta** nos termos da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

I. Constitui objeto do contrato a **nos termos do Procedimento Licitatório n. 0xx/2026, modalidade Pregão Eletrônico n. 0xx/2026.**

II. Do detalhamento do objeto e do preço médio:

Item	Descrição	Marca	Registro	Unid	Quant	Valor Unit	Valor total
.....						
Valor Total							R\$.....

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO

I. O contrato terá vigência por um período 60 (sessenta) meses, com termo inicial a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21 e Legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

I. A execução se dará nos exatos termos do edital do **Pregão Eletrônico 0xx/2026 e seu Termo de Referência, como se neste estivessem transcritos.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

- II. O objeto deste contrato, deverá ser executado pela contratada em estrito acordo com as condições estabelecidas na cláusula primeira e Anexos do edital que o originou como se neste estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUINTA

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- I. A Contratada pagará à Contratante o valor global de **R\$.....** (.....), no qual já estão inclusos todos os tributos e encargos sociais, bem como, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto do presente contrato.
- II. O pagamento será efetuado em uma única parcela, em conta indicada pela Diretoria de Finanças, cuja titularidade seja o município de Tapiraí/MG, devendo o comprovante da transação ser entregue à Diretora de Finanças no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES

I. Do Contratante

- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- Exercer a fiscalização da execução e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;
- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;

II. Da Contratada

- Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições neste estabelecidas;
- Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - Apresentar documentação exigida no Termo de Referência.
 - Arcar com todas as despesas de tributos e encargos sociais que incidirem sobre a execução dos serviços;
 - Efetuar a prestação do serviço em estrita observância com a solicitação e especificações do Edital e da proposta.
 - Executar o objeto dentro das normas de segurança e em qualidade igual ou superior ao esperado pela contratante.
 - Responsabilizar-se pelos serviços mal executados;**
 - As obrigações da contratada implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) corridos**, o serviço em desacordo.
 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto.
 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

CLÁUSULA SETIMA

DA RESCISÃO

- I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 da Lei no 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- I. O contratado/detentor que ensejar o retardamento da execução do objeto/serviço, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública contratante e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores deste órgão pelo prazo de até 05 (cinco) anos nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais previstas nos Art. 156 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA

DOS CRIMES E DAS PENALIDADES

- I. O contratado/detentor que cometer fraude ao contrato (Art. 337-L da Lei 14.133/21) ou que declarado inidôneo, venha contratar com a Administração Pública (Art. 337-M, §2º da Lei 14.133/21) se sujeita às penas previstas na Lei 14.133/21, Título V, Capítulo II-B no que se refere aos crimes em licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA

DOS CASO OMISSOS

- I. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

ALTERAÇÕES

- I. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- II. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- III. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

IV. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

PUBLICAÇÃO

I. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente dispensando-se as testemunhas⁹, para que produza seus efeitos legais.

Tapiraí/MG, de de 2026

MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ
CNPJ: 20.920.625/0001-89

VANDERLEI CASSIANO DE RESENDE
CONTRATANTE

.....
CNPJ:
CONTRATADA

⁹ Nota Explicativa: dispensado o acolhimento de 2 testemunhas, conforme entendimento do STJ no REsp no 1.495.920/DF.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. Introdução ao Documento

1.1 O presente Termo de Referência - TR tem por finalidade estabelecer as condições, especificações técnicas e obrigações para a contratação, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, de Instituição Financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Este documento detalha o objeto, justifica a necessidade da contratação e define as exigências mínimas de qualificação técnica e econômica que a futura contratada deverá atender, servindo como base para a formulação das propostas e, posteriormente, para a execução e fiscalização do contrato administrativo.

2. Condições Gerais da Contratação

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de Instituição Financeira, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para a Cessão Onerosa, mediante a outorga da Exclusividade, para a Gestão e o Processamento Centralizado e Integral da Folha de Pagamento dos servidores públicos (ativos, inativos e pensionistas) do Município de Tapiraí/MG.**

2.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

2.3. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do Contrato, sendo vedada qualquer prorrogação, tendo em vista tratar-se de contrato que gera receita para a Administração, conforme dispõe a Lei n.º 14.133/2021.

2.4. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. Aplicabilidade do Tratamento Diferenciado da Lei Complementar n.º 123/2006

3.1 Para o objeto deste Termo de Referência, e em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), registra-se a **inaplicabilidade** do tratamento diferenciado e simplificado previsto no art. 48, incisos I (licitação exclusiva) e III (cota reservada), com base nas seguintes justificativas, conforme faculta o **Art. 49, incisos II e III, da referida Lei Complementar**:

3.1.1. Inexistência de Mínimo de Fornecedores (Art. 49, II): Durante os procedimentos de elaboração da pesquisa de mercado e do Termo de Referência, não foi identificado o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos, do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem na classificação de ME, EPP e/ou equiparadas e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

3.1.2. Não Vantajosidade e Prejuízo ao Objeto (Art. 49, III): A aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não se mostrou vantajoso para a Administração Pública, e pode representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, contrariando os princípios da economicidade, da racionalização processual e da agilidade necessária ao atendimento pretendido.

3.2. Os dados referentes ao objeto (especificação, quantitativo e valor estimado), apurados no Estudo Técnico Preliminar, estão dispostas na tabela a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Mínimo
	Contratação de Instituição Financeira, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para a Cessão Onerosa, mediante a outorga da Exclusividade, para a Gestão e o Processamento Centralizado e Integral da Folha de Pagamento dos servidores públicos (ativos, inativos e pensionistas) do Município de Tapiraí/MG, pelo período de 60 (sessenta) meses .	Serviço	60	R\$ 14.432,77
	Valor Total Mínimo para lance			R\$ 14.432,77

4. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

4.1. A Fundamentação da Contratação e seu quantitativo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. A presente contratação é essencial e estratégica para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração, visando a cessão onerosa e exclusiva dos serviços bancários de pagamento da folha de remuneração dos seus servidores (ativos, inativos e pensionistas) da Administração Direta do Município de Tapiraí/MG.

4.3. Por conveniência administrativa e em busca da máxima eficiência, o objetivo é centralizar a prestação e o gerenciamento desses serviços em uma única Instituição Financeira contratada. Essa centralização é fundamental para o atendimento rigoroso às normativas vigentes, em especial à Resolução CMN n.º 5.058/2022 (que rege a conta-salário), e para garantir a segurança e a eficácia das operações financeiras de crédito dos vencimentos, dado o expressivo volume de recursos movimentados.

4.4. Em observância aos princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme preconiza o art. 11, I, da Lei n.º 14.133/2021, o procedimento licitatório escolhido será a Cessão Onerosa e Exclusiva do direito de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

processamento da folha, pelo critério de Maior Lance ou Oferta (Art. 34 da Lei n.º 14.133/2021).

4.5. A escolha por este procedimento licitatório se justifica plenamente pela:

4.5.1. Geração de Receita Pública: Viabiliza a exploração econômico-financeira da folha de pagamento pela instituição vencedora, assegurando a obtenção da máxima receita para o Tesouro Municipal, uma vez que o valor do lance vencedor será revertido integralmente ao erário.

4.5.2. Viabilidade e Ausência de Despesa: A solução, amplamente adotada pelo Poder Público, tem plena viabilidade técnica e operacional e, mais importante, não resultará em nenhum encargo ou despesa para o Município, configurando-se como um contrato gerador de receita.

4.6. A não efetivação ou o atraso na contratação da Instituição Financeira para a gestão exclusiva da folha de pagamento do Município de Tapiraí/MG acarretará os seguintes riscos e prejuízos diretos:

4.6.1. Risco de Descontinuidade e Insegurança Social: A ausência de um contrato vigente e adequado pode levar à interrupção ou atraso no pagamento da remuneração dos servidores (ativos, inativos e pensionistas). Isso gera insegurança social, desmotivação do corpo funcional e risco de questionamentos judiciais por parte dos servidores.

4.6.2. Prejuízo Orçamentário Imediato: O principal objetivo desta licitação é a geração de receita pública (Maior Lance). A não realização ou o atraso do certame implica a perda da oportunidade de auferir a receita que seria integralmente revertida ao Tesouro Municipal, impactando negativamente o equilíbrio e o planejamento fiscal do Município para o exercício.

4.6.3. Ineficiência na Gestão Financeira: A falta de centralização em uma única instituição financeira dificulta a fiscalização, o controle de pagamentos e a conciliação bancária por parte da Secretaria Municipal de Administração, gerando custos de transação indiretos e riscos de erros operacionais no processamento da folha.

4.6.4. Descumprimento de Normativos: A falta de formalização adequada pode expor o Município a riscos de descumprimento das normas regulatórias do Sistema Financeiro Nacional, notadamente a Resolução CMN n.º 5.058/2022, sujeitando a Administração a sanções ou questionamentos de órgãos de controle.

4.7. Em síntese, a contratação da Cessão Onerosa da folha de pagamento representa a solução técnica e econômica mais vantajosa para o interesse público. O procedimento atende rigorosamente aos princípios do Art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 (em especial legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade), ao conciliar a segurança na centralização do processamento bancário com a máxima geração de receita para o Município de



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

Tapiraí/MG por meio da concorrência entre Instituições Financeiras.

5. Descrição da Solução como um todo

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares apêndice deste Termo de Referência.

5.2. A contratação de Instituição Bancária para gerenciamento da folha de pagamento dos servidores do município de Tapiraí/MG será realizada na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com Critério de Julgamento de **Maior Lance ou Oferta**, e adoção da Estratégia Contratual de **Cessão Onerosa de Exclusividade da Folha**, baseando nos seguintes pilares:

5.2.1. Economicidade e Receita Pública: O modelo de Cessão Onerosa é o único que transforma a exclusividade da folha de pagamento em receita extraordinária (o bônus de outorga), alinhando-se ao princípio da economicidade.

5.2.2. Competitividade e Vantajosidade: O uso do Pregão Eletrônico garante a máxima publicidade e atrai todos os perfis de licitantes (Grandes Bancos Públicos e Privados, e Cooperativas). Essa disputa acirrada resulta historicamente no maior valor de outorga.

5.2.3. Segurança Jurídica: O Pregão Eletrônico por Maior Oferta tem sido amplamente aceito e chancelado pelos órgãos de controle para esta finalidade, combinando a segurança do certame público com a celeridade e eficiência do rito do pregão, tendo amparo legal, integralmente, na Lei Federal n.º 14.133/2021.

6. Requisitos da Contratação

6.1. Dos Critérios de Sustentabilidade

6.1.1. Exige-se os critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, e nos demais termos deste Termo de Referência.

6.1.2. Para mitigar o impacto e promover a responsabilidade social corporativa (ESG) da instituição vencedora, deve-se incluir os seguintes requisitos que incentivem:

6.1.2.1. Digitalização e Desmaterialização: Exigir que a instituição priorize o uso de canais digitais (internet banking, aplicativos) para serviços e comunicações, reduzindo o uso de papel (extratos, contracheques).

6.1.2.2. Eficiência Energética: Incluir a exigência de que a instituição adote medidas de eficiência energética em suas agências e postos de atendimento no município ou que comprove a utilização de fontes de energia renovável em suas operações.

6.1.2.3. Gerenciamento de Resíduos: Requisitar a comprovação de um programa de descarte adequado de resíduos tecnológicos (lixo eletrônico) e materiais de escritório gerados em suas operações.



Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

6.2. Da Subcontratação

6.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.3. Da Garantia

6.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista que o pagamento será efetuado pela Instituição Financeira vencedora, ao contratante, em parcela única e integral.

6.4. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento Estratégico do Órgão:

6.4.1. A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, haja visto que o Município, até o momento não consolidou a elaboração deste instrumento de planejamento.

6.4.2. Todavia, a demanda está em conformidade com o planejamento orçamentário vigente e com as necessidades prioritárias da Administração.

6.4.3. Ressalta-se a importância de registrar expressamente a inexistência do PCA, conforme recomenda o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de modo a conferir transparência e segurança jurídica ao processo. Assim, embora não prevista formalmente no PCA, a contratação ora estudada encontra-se alinhada às diretrizes administrativas e às prioridades do Município, atendendo à finalidade pública de assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

7. Justificativa do Valor Mínimo de Admissibilidade da Contrapartida Financeira para o Gerenciamento e Processamento da Folha de Pagamento

7.1. A presente contratação, cujo critério de julgamento será o **Maior Preço** (outorga), visa a cessão onerosa do direito de exploração, com exclusividade, do processamento e gerenciamento dos créditos da folha de pagamento dos servidores, ativos, inativos e pensionistas do Município de Tapiraí/MG. Esta concessão é reconhecidamente um ativo de valor econômico para a Administração, conforme consolidado na jurisprudência dos Tribunais de Contas.

7.2. Para atender aos princípios da economicidade e da vantajosidade, bem como o disposto no art. 23, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o valor mínimo de admissibilidade da contrapartida financeira (outorga) deve ser fundamentado em estudo técnico e em pesquisa de mercado que reflita o valor real da exclusividade concedida.

7.3. Embora a portabilidade salarial seja um direito dos servidores (Resolução CMN n.º 3.402/2006), o interesse das instituições financeiras na prestação deste serviço permanece elevado. Este interesse reside nos significativos ganhos indiretos proporcionados pela exclusividade, tais como:

7.3.1. Acesso Massivo e de Baixo Custo a Clientes: Geração imediata de um grande volume de contas-salário e, por conversão, contas-correntes, com baixo custo de aquisição.

7.3.2. Potencial de Venda Cruzada: Acesso a clientes com renda estável e comprovada, o que facilita a oferta de produtos de alta rentabilidade e baixo risco, notadamente o crédito consignado, além de seguros, consórcios e cartões de crédito.



Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

7.3.3. Fidelização: A Administração cede a base inicial de clientes, permitindo que a instituição atue rapidamente na segmentação e fidelização, oferecendo vantagens competitivas (taxas e juros menores) que superam a mera conta-salário.

7.4. A precificação do valor mínimo de outorga foi determinada mediante Pesquisa de Preços, que buscou aferir o valor adequado e praticado em certames similares. Para tanto, o Município de Tapiraí/MG utilizou como critério a análise de contratações de folhas de pagamento em outros órgãos, através de consulta ao Banco de Preços, no período recente.

7.5. O detalhamento da metodologia de cálculo e o resultado desta pesquisa, que gerou o **Valor Mínimo de Admissibilidade de R\$ 14.432,77 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos)**, estão anexos a este Termo de Referência, garantindo a transparência e a vantajosidade da contratação.

8. Do Prazo e das Condições de Pagamento da Contrapartida Financeira (Outorga)

8.1. O pagamento do valor total da contrapartida financeira (outorga), homologado como lance vencedor da licitação, deverá ser efetuado pela CONTRATADA em **parcela única**, por meio de depósito bancário ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), em conta indicada pela Secretaria de Administração, cuja titularidade seja o Município de Tapiraí/MG.

8.2. O valor deverá ser liquidado e o comprovante da transação entregue à Secretaria de Administração no prazo máximo e improrrogável de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

8.3. O descumprimento do prazo estabelecido no item 8.2 sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da outorga, até o limite de 10% (dez por cento) do valor. Sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e no contrato, o atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ensejar a rescisão unilateral do Contrato, nos termos da lei.

8.4. O valor da outorga será classificado como Receita de Capital ou Receita Patrimonial do Município, conforme as normas contábeis aplicáveis.

9. Valor Estimado da Contratação

9.1. A planilha de pesquisa de estimativa do valor mínimo que será registrado, no importe de **R\$ 14.432,77 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos)**, conforme planilha constante neste Termo de Referência.

9.2. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.



9.3. Os custos estimados foram apurados a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em média aritmética saneada, após pesquisa de preços com:

9.3.1. *Fonte de Preços disponível no endereço eletrônico:*
<https://www.bancodeprecos.com.br/>

9.4. Critério de Julgamento e Condição de Aceitabilidade da Proposta

9.4.1. O critério de julgamento adotado para esta licitação é o de **Maior Oferta** ou **Maior Preço** (outorga), em conformidade com o disposto no art. 33, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4.2. Somente serão consideradas aceitáveis as propostas que atenderem, cumulativamente, às seguintes condições:

9.4.2.1. Oferecerem valor para a contrapartida financeira (outorga) igual ou superior ao Valor Mínimo de Admissibilidade estabelecido neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

9.4.2.2. Resultarem no maior valor final de outorga após a fase de lances, prevalecendo-se, para fins de classificação, o maior preço total ofertado pela instituição financeira ao Município.

10. Da Obrigação de Manutenção e/ou Instalação da Rede de Atendimento

10.1. A Instituição Financeira vencedora deverá assegurar o adequado e eficiente atendimento presencial aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município, por meio de uma Agência ou Posto de Atendimento Bancário (PAB) instalado no Município de Tapiraí/MG.

10.2. Caso a Instituição Financeira CONTRATADA não possua, na data da assinatura do Contrato, um Ponto de Atendimento Bancário (PAB) ou Agência Física devidamente registrado no Banco Central do Brasil no Município de Tapiraí/MG, ela se obriga a:

10.2.1. Instalar, no mínimo, 01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) na Sede do Município, em local de fácil acesso à população e aos servidores.

10.2.2. Concluir a instalação e iniciar a operação do PAB no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

10.2.3. As instalações deverão seguir os padrões de segurança e ambientação da CONTRATADA, incluindo equipamentos e número de funcionários suficientes para o atendimento da demanda, evitando filas e transtornos aos servidores.

10.3. O horário de funcionamento do Ponto de Atendimento Bancário (PAB) e os serviços essenciais a serem prestados deverão observar, no mínimo, o disposto nas



regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), em especial quanto à vedação de cobrança de tarifas pela prestação dos serviços essenciais.

10.4.A inobservância do prazo estabelecido para a instalação ou o funcionamento inadequado do Ponto de Atendimento implicará a aplicação de multa diária e outras sanções contratuais e administrativas.

11. Condições de Execução e Especificação do Objeto

Caracterização e Dimensionamento da Massa Salarial

11.1. Para fins de avaliação do potencial econômico do objeto e para subsidiar a formulação da proposta de contrapartida financeira (outorga) pela Instituição Licitante, a Administração Municipal apresenta o detalhamento da massa salarial de seus beneficiários.

11.2. Os dados a seguir representam valores médios consolidados e estimativas referentes à folha de pagamento do funcionalismo do Município de Tapiraí/MG (ativos, inativos, pensionistas e demais vínculos remuneratórios), considerando os valores brutos:

Renda mensal	Categoria do Servidor			
	Servidores Ativos (Efetivos)	Servidores Ativos (Comissionados)	Estagiários	Aposentados/Pensionistas
Até R\$1.553,20	-	-	3	-
R\$1.553,21 à R\$7.000,00	90	170	-	11
A partir de R\$7.000,01	1	4	-	-
Soma das quantidades atuais	91	174	3	11
Valor Bruto mensal (R\$)	R\$ 328.967,62	R\$ 469.271,92	R\$ 4.554,00	R\$ 36.975,35

Fonte: Dados da Folha de Pagamento referente ao mês de setembro de 2025 do Município de Tapiraí/MG.

11.3. Para uma análise integral do potencial do negócio da contratação, todas as informações complementares, detalhes técnicos e as premissas utilizadas no dimensionamento da folha de pagamento e na avaliação da demanda dos serviços estão integralmente dispostas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este Termo



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

de Referência, o qual possui caráter vinculante e deve ser consultado pela Licitante para a elaboração de sua proposta.

11.4.O Município de Tapiraí/MG e a Instituição Financeira CONTRATADA providenciarão, de forma conjunta e coordenada, a abertura e/ou manutenção das Contas Salário em nome de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como estagiários ou qualquer pessoa física com vínculo remuneratório com o CONTRATANTE, para a operacionalização do sistema de pagamento.

11.5.O serviço bancário e de atendimento deverá ser prestado em âmbito nacional, garantindo aos beneficiários a plena fruição de todos os serviços essenciais onde quer que se encontrem.

11.6.O crédito de salários, vencimentos, subsídios, proventos, pensões, 13º (décimo terceiro) salário, quaisquer gratificações e demais valores remuneratórios será realizado de acordo com o calendário e o cronograma de processamento e envio de arquivos definidos pela Secretaria de Administração do Município de Tapiraí/MG.

11.7.Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente, por intermédio de crédito nas Contas Salário, sendo facultada ao beneficiário a portabilidade ou a conversão para conta corrente, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

11.8.A execução dos serviços deverá observar, de forma irrestrita, todas as normas do Sistema Financeiro Nacional, em especial a Resolução CMN nº 3.402/2006 e as Circulares correlatas do Banco Central do Brasil (BACEN), que disciplinam a Conta Salário e a Portabilidade de Vencimentos, bem como o previsto neste Termo de Referência.

11.9.O Município estará integralmente isento de toda e qualquer cobrança de tarifa, taxa, cesta de serviços, comissão ou similar decorrente, direta ou indiretamente, do gerenciamento e processamento desta folha de pagamento.

11.10. A exclusividade concedida refere-se unicamente à centralização, processamento e gerenciamento dos créditos da folha de pagamento do Município de Tapiraí/MG, a serem creditados, em primeira instância, nas Contas Salário de seus beneficiários.

11.11. A concessão de empréstimos, produtos de crédito e financiamentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Tapiraí/MG, mediante consignação em folha de pagamento ou não, **não constitui exclusividade** da CONTRATADA.

12. Procedimentos Gerais de Prestação dos Serviços de Processamento da Folha de Pagamento

Implantação e Capilaridade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

12.1. Instituição Financeira deverá iniciar a operacionalização do processamento da folha de pagamento no prazo máximo e improrrogável de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da publicação do extrato do Contrato.

12.1.1. O prazo estabelecido no *caput* somente poderá ser prorrogado em caso de comprovada e exclusiva omissão ou impedimento formal por parte do Município que impeça totalmente o início dos serviços, devidamente justificado.

12.2. Caso a Contratada não possua Agência ou Ponto de Atendimento Bancário (PAB) no Município de Tapiraí/MG na data da assinatura do Contrato, deverá providenciar sua instalação e abertura no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação do extrato do Contrato. A manutenção das instalações será às suas expensas, operando nos critérios e horário fixados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

12.3. A Instituição Financeira não poderá recusar, sob qualquer pretexto, a abertura das Contas Salário aos beneficiários indicados pelo Município, salvo restrições formais e fundamentadas do BACEN, sob pena de sanções e, se for o caso, rescisão contratual.

Escopo e Cesta de Serviços

12.4. Entende-se por beneficiário o servidor público (ativo, inativo, contratado, efetivo ou comissionado), pensionista, estagiário e qualquer pessoa física que mantenha ou venha a manter vínculo remuneratório com o Município. O pagamento abrange vencimentos, salários, subsídios, proventos, pensões, 13º salário e quaisquer complementos ou gratificações.

12.5. A Instituição Financeira deverá oferecer aos beneficiários do Município, de forma irrestrita e **sem cobrança de tarifas**, os serviços essenciais inerentes à Conta Salário, conforme regulamentação do BACEN. A gratuidade deverá compreender, no mínimo, os seguintes produtos/serviços:

12.5.1. Abertura e manutenção de Conta Salário;

12.5.2. Transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;

12.5.3. Saques, totais ou parciais, dos créditos (mínimo de 5 saques por evento de crédito);

12.5.4. 02 (duas) consultas mensais de saldo e 02 (dois) extratos mensais contendo a movimentação dos últimos 30 dias, emitidos em terminais de autoatendimento e/ou guichê de caixa;

12.5.5. Fornecimento e manutenção de cartão magnético na função débito.

12.6. Será fornecido gratuitamente cartão magnético na função débito, sendo vedada a oferta vinculada de cartão na função crédito e ressalvados os casos previstos na regulamentação do BACEN (Resolução nº 3.402/2006).

12.7. O MUNICÍPIO estará integralmente isento de toda e qualquer cobrança de tarifa, taxa, cesta de serviços, comissão ou similar decorrente, direta ou indiretamente, do gerenciamento e processamento desta folha de pagamento.

Fluxo de Processamento e Pagamento

Fluxo de Recursos e Crédito:



Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

12.8. O Município transferirá os recursos financeiros referentes ao pagamento dos beneficiários com antecedência de **24 (vinte e quatro) horas da data oficial de pagamento.**

12.9. A Contratada deverá efetuar o crédito nas contas dos beneficiários no **prazo máximo de 01 (um) dia útil** após a efetiva transferência dos recursos pelo Município.

12.10. O Município enviará os arquivos de remessa, via sistema seguro, com antecedência de **01 (um) dia útil** da data de pagamento, exigindo-se **recibo de entrega imediato** (confirmação do valor total e quantidade de registros), autenticado pela Instituição Financeira.

12.11. A Contratada realizará a validação dos arquivos e informará eventuais inconsistências (relatório) no **primeiro dia útil** após o recebimento. O arquivo mensal de retorno (confirmação de pagamentos/estornos) deverá ser disponibilizado em até **01 (um) dia útil** após a data oficial de pagamento.

12.12. O pagamento de todas as remunerações será realizado de acordo com o calendário definido pelo Município.

Requisitos de Plataforma Digital e Segurança

12.13. A Instituição Financeira disponibilizará, às suas expensas, uma plataforma de transmissão e processamento de dados que atenda aos padrões de segurança e tecnologia da informação do Município, devendo:

12.13.1. Substituição de Arquivos: Prever rotina para substituição de arquivos (retificação) em caso de erro, com campo de informação sobre o motivo da substituição, competência e dados do servidor.

12.13.2. Cumprimento de Ordens Judiciais: Possibilitar a execução de rotinas específicas para atendimento de bloqueios, depósitos judiciais ou pagamentos a terceiros, sem despesas para o Município e não cabendo indenização ou ressarcimento à Instituição Financeira.

12.13.3. Bloqueios/Desbloqueios: Garantir a operacionalização de bloqueios e desbloqueios de crédito solicitados pelo Município de forma on-line e imediata, sendo a responsabilidade pelo ato de bloqueio/desbloqueio exclusiva do Município.

12.14. Na Conta Salário será depositado o montante líquido dos créditos relativos ao pagamento dos beneficiários, e nela serão creditados, ainda, os recursos oriundos das remunerações e benefícios bloqueados e/ou estornados.

Consignação em Folha de Pagamento

12.15. Regime de Consignação em Folha de Pagamento:

12.15.1. Não Exclusividade: A concessão de empréstimos e produtos de crédito com consignação em folha de pagamento aos beneficiários do Município **não possui caráter de exclusividade** e deverá ser ofertada em regime de livre concorrência.

12.15.2. Vedação a Restrições: Fica expressamente vedada à Contratada qualquer prática que **impeça ou restrinja** o acesso dos servidores a operações de crédito ofertadas por outras instituições, em cumprimento à Circular DC/BACEN nº 3.522/2011 (ou norma sucedânea).



12.15.3. Submissão às Normas Municipais: A celebração de contratos de consignação com os servidores deverá observar a legislação municipal específica que rege a matéria e a prévia aprovação da **Procuradoria Geral do Município**, quando exigido.

Do Sigilo, Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

12.16. A contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quaisquer relatórios, documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços de processamento dos créditos dos servidores municipais e estagiários, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Município a tais documentos ou arquivos.

12.17. A Instituição Financeira obriga-se a não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

13. Formas e Critérios de Seleção do Fornecedor

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1.1. A contratação será realizada por licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Maior Lance ou Oferta, nos termos do art. 28, inciso I da Lei n.º 14.133/2021.

13.1.2. Durante a fase de planejamento da contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada pesquisa de preços com o objetivo de identificar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13.2. Justificativa Legal para a Modalidade e o Critério de Julgamento (Maior Outorga)

13.2.1. A modalidade de licitação adotada é o **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, em consonância com o Art. 29, *caput*, e Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, haja vista que os serviços de gerenciamento da folha de pagamento são caracterizados como **serviços comuns**. A classificação como comum é possível, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por rotinas e normas do Sistema Financeiro Nacional, expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

13.2.2. O critério de julgamento aplicável para a seleção da proposta mais vantajosa é o de **Maior Oferta de Preço (Outorga)**, conforme disposto no Art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

13.2.3. A adoção do critério de Maior Oferta justifica-se pelo fato de o interesse primário da Administração ser a obtenção da maior receita (contrapartida financeira) decorrente da exploração econômico-financeira do direito exclusivo de processar a folha de pagamento. Essa escolha maximiza o retorno financeiro ao Município, em nítida observância aos princípios da vantajosidade, da eficiência e do interesse público.

13.2.4. Tal opção encontra amparo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que entende que a adoção deste critério é admissível por atender ao relevante interesse público e funcionar como mecanismo concretizador da seleção da oferta mais vantajosa para a Administração (Acórdão TCU N.º 1940/2015 - Plenário, entre outros).

13.2.5. A licitação é aberta à participação de todas as instituições financeiras, sejam elas públicas, privadas e Cooperativas, desde que em pleno funcionamento.

13.2.5.1. Distinção de Conceitos: A possibilidade de participação de instituições privadas decorre da distinção jurídica e constitucional entre Disponibilidade de Caixa do ente federado e os recursos destinados ao pagamento de salários.

13.2.5.2. Caráter de Despesa Liquidada: Os valores repassados à Instituição Financeira a título de pagamento de remuneração, aposentadorias e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas não se confundem com disponibilidade de caixa (Art. 164, § 3º, da CF/88). Estes valores já pertencem a terceiros (os servidores), possuindo natureza de despesa liquidada pelo Município.

13.2.5.3. Jurisprudência Consolidada: Conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente no RE nº 444.056/MG, e ratificado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (Acórdão nº 3.042/2008 – Plenário), a prestação de serviço de administração da folha de pagamento por instituições financeiras privadas é lícita e constitucional, restando superada a questão de eventual obrigatoriedade de gestão exclusiva por bancos oficiais.

14. Condições de Habilitação Específica

14.1. Para fins de habilitação, a Licitante deverá satisfazer, além dos requisitos de Qualificação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, as seguintes condições específicas:

14.1.1. Atestado de Capacidade Técnica Operacional: Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Licitante tenha prestado serviço similar de centralização e processamento de créditos de folha de pagamento;

14.1.2. Autorização de Funcionamento do BACEN: Ato ou documento comprobatório de Autorização de Funcionamento ou de Operação expedido pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

14.1.3. Declaração de Infraestrutura e Capilaridade: Declaração formal emitida pela Licitante de que:

14.1.3.1. Suas agências e caixas eletrônicos atuais possuem toda a



Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

infraestrutura necessária (incluindo mão de obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia) para o perfeito e imediato cumprimento do objeto contratual;
OU

14.1.3.2. Compromete-se formalmente a promover a instalação e abertura do Ponto de Atendimento Bancário (PAB) ou Agência na Sede do Município, conforme as condições e o prazo máximo de **60 (sessenta) dias úteis** estabelecido na **subcláusula 12.2** deste Termo de Referência.

15. Da Formulação e Apresentação da Proposta

Da Proposta Inicial

15.1. A proposta de preço inicial será elaborada com base nas especificações contidas neste Termo de Referência e deverá conter os seguintes requisitos:

15.1.1. Descrição clara e concisa do objeto da licitação;

15.1.2. Valor da Outorga: Valor total em R\$ (reais), em algarismos e por extenso, que será repassado pela Licitante ao Contratante pela concessão da exclusividade.

Condição de Admissibilidade e Liquidez:

15.2. Valor Mínimo: O valor ofertado na proposta inicial não poderá ser inferior ao Preço Mínimo de Outorga estabelecido na Cláusula 3.2 deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação imediata.

15.3. Liquidez: O valor ofertado na proposta e o valor final do lance devem ser líquidos e irretratáveis, representando a totalidade da contrapartida financeira do licitante. Não caberá à Contratada a retenção de qualquer parcela, percentual, imposto, taxa ou similar a qualquer título.

Incremento Mínimo de Lance:

15.4. Na fase competitiva, cada lance subsequente realizado deverá ser superior ao valor anteriormente ofertado em, no mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Prazo de Validade:

15.5. O prazo de validade da proposta de preço e do lance final será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, independentemente de declaração do licitante.

16. Obrigações da Contratada

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

16.2. A Instituição Financeira deverá manter permanentemente atualizado para efeito de pagamento e consulta, o cadastro dos servidores e seus representantes legais, quando for o caso.

16.3. É de responsabilidade da Instituição Financeira o bloqueio do cartão magnético, quando houver solicitação do titular ou de seu representante legal.

16.4. A Instituição Financeira deverá disponibilizar ao Município, de forma on-line, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores.

16.5. A Instituição Financeira deverá, na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão os técnicos da Secretaria Municipal de Administração;

16.6. A Instituição Financeira deverá indicar, no ato da formalização do contrato, a agência centralizadora, para fins de cumprimento do exigido neste Termo de Referência.

16.7. Havendo alteração da agência centralizadora indicada, o fato deverá ser comunicado ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilizar a Instituição Financeira por perdas e danos decorrentes desta omissão.

16.8. Disponibilizar Central de Atendimento Telefônico para esclarecer dúvidas e resolver pendências bancárias dos servidores, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

16.9. Executar os serviços em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando, assim, vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios dos servidores municipais.

16.10. Comunicar ao Município, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o fechamento de qualquer de suas agências, bem como o interesse na abertura de novas agências, instalação de Caixas Eletrônicos no Município de Tapiraí/MG, devendo observar a capilaridade exigida neste Termo de Referência.

16.11. A Instituição Financeira deverá garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Município, de maneira competitiva no mercado.

16.12. A Instituição Financeira, quando necessário, deverá realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento, sem ônus para a contratante.

16.13. A Instituição Financeira deverá manter o histórico de pagamento do funcionalismo público municipal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias para os pagamentos realizados em períodos superiores ao anteriormente referido.

16.14. A Instituição Financeira deverá solicitar a anuência do Município em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado, que impliquem em



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com o Município ou com seus servidores.

16.15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Termo, sujeitando-se às sanções estabelecidas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

16.16. Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

16.17. Comunicar ao CONTRATANTE por escrito quando forem verificadas situações inadequadas à prestação dos serviços.

16.18. Havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, comunicar tal fato ao CONTRATANTE, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.

16.19. Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

16.20. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura a ocasionar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços.

16.21. Oferecer, sem qualquer custo, para todos os servidores municipais ativos e inativos, os serviços previstos na Resolução n.º 3.919, de 2010, do Banco Central do Brasil e suas alterações posteriores.

16.22. A Instituição Financeira deverá disponibilizar até o 5º dia útil do mês subsequente, relatórios analíticos e sintéticos, em meio digital, em caso de solicitação da PREFEITURA, contemplando toda situação referente aos pagamentos efetuados ou não aos servidores municipais, remunerados através do sistema informatizado disponibilizado.

16.23. Fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;

16.24. Manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao Contratante a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

16.25. A Instituição Financeira deverá fornecer até 12 (doze) meses antes do final do contrato, toda e qualquer informação técnica necessária para subsidiar a próxima contratação;

17. Obrigações do Contratante



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

17.1. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e à Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:RP,2::>);

17.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.2. Adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores, a serem observadas para a abertura de conta bancária (conta salário) na Instituição Financeira.

17.3. Depositar na conta a ser indicada o montante necessário, com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), da data prevista para a realização da folha de pagamento dos servidores do Município.

17.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

17.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

18. Da Alteração Subjetiva

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. Da Gestão e Fiscalização do Contrato

19.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

19.2. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

19.3. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

19.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

19.5. A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

20. Do Pagamento

20.1. O pagamento será **efetuado pela Instituição Financeira** contratada em moeda corrente nacional da seguinte forma:

20.1.1. A contratada deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura e publicação do extrato do contrato, mediante ordem bancária creditada na conta do Município de Tapiraí/MG, na conta indicada pelo Município no Contrato;

20.1.2. Os pagamentos deverão ser depositados em conta corrente vinculada ao Município de Tapiraí/MG.

21. Das Sanções Administrativas

21.1. Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

21.2. Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.3. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.

d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).

e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

22. Da Proteção de Dados Pessoais – Lei n.º 13.709/2018 – LGPD

22.1. Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Tapiraí-MG, 27 de janeiro 2026.

Autoridade Competente:

Raquel Severina Resende
Chefe de Gabinete



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2026

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I – Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - Para fins do disposto no Art. 4º da Lei 14.133/21 para a obtenção de benefícios a que se refere a Lei Complementar n.º 123/2006 possuindo as condições de microempresas e/ou pequeno porte e/ou equiparada e no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V da Lei Complementar 123/2006. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- III – Temos pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- IV - Não possuímos qualquer dos impedimentos previsto no Art. 14 da Lei 14.133/21, direta e/ou indiretamente que possa impedir a participação na execução do contrato
- V – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/2021;
- VI – Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- VII - A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- VIII – Cumprimos os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- IX - Inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- X – Cumprimos o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal no que se refere à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos;

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

() Sim () Não

- XI – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- XII – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas e responderemos, na forma legal, pela veracidade das informações prestadas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- XIII - Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

XIV - Declaramos, para os devidos fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

XV - Tem o conhecimento das infrações e sanções administrativas prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21 tendo ciência de que será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas na Lei.

Por ser verdade, firmamos a presente.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
Responsável pela assinatura
CPF